



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Ateliê Internacional: uma experiência de Extensão Universitária

International Workshop: an University extension experience

***Inês Martina Lersch¹, DURb/PROPUR/UFRGS,
martina.lersch@ufrgs.br***

***Clarice Misoczky de Oliveira², PROPUR/UFRGS,
arq.clarice@gmail.com***

***Bárbara Maria Giacom Ribeiro³, PROPUR/UFRGS,
barbara.giaccom@ufrgs.br***

¹ Arquiteta e Urbanista, Professora do Departamento de Urbanismo e Coordenadora da Comissão de Extensão da Faculdade de Arquitetura / UFRGS e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional / UFRGS.

² Arquiteta e Urbanista, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional / UFRGS.

³ Arquiteta e Urbanista, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional / UFRGS.

RESUMO

A partir do conceito de Extensão Universitária, como processo educativo, cultural e científico, da sua articulação indissociável com o Ensino e a Pesquisa e da sua capacidade de transformação entre os sujeitos que a compõe – Universidade e Sociedade, este artigo tem como objetivo compartilhar uma experiência de Ateliê Internacional, reafirmar a extensão universitária como meio de proporcionar um caminho de duas vias para construção do conhecimento, e oportunizar a reflexão do ensino de Projeto Urbano buscando novas possibilidades de ensino e prática. A principal questão que se apresenta é: como as atividades de extensão podem, em interação com a comunidade, promover o ensino e a compreensão sobre a cidade? O artigo procura, ainda, contribuir com o diálogo, apresentando um relato a partir da percepção das autoras diante da experiência. Para tanto, apresentam-se depoimentos de alguns estudantes, imagens e fotos e uma breve descrição do projeto de extensão, baseada no material produzido de modo coletivo até o momento.

Palavras-chave: extensão, ensino, ateliê internacional, urbanismo, projeto urbano

ABSTRACT

Based on the University Extension concept of an educational, cultural and scientific process, of an indissociably articulation between Education and Research and of its transformation capacity among the subjects that compose it – University and Society, on this paper we intent to share an International Workshop experience, reassuring the University Extension as a means of providing a two ways path for building knowledge, and as an opportunity to think over the teaching of Urban Project, searching for new possibilities to education and practice. The main question is how can extension activities, in interaction within a local community, promote education and understanding of the city? The paper intent to contribute on this debate, by presenting this workshop extension experience based on the material produced by its collective of teachers, students and community – student's testimonials, teachers observation, photos and drawings.

Keywords: university extension, education, international workshop, urbanism, Urban Project

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo compartilhar uma experiência de Ateliê Internacional, reafirmar a extensão universitária como meio de proporcionar um caminho de duas vias para construção do conhecimento, e oportunizar a reflexão do ensino de Projeto Urbano buscando novas possibilidades de ensino e prática.

O *“Ateliê Intensivo Internacional: o futuro dos bairros autoconstruídos junto a nascentes e cursos d’água”*, foi uma ação de extensão realizada no período de 18 a 30 de abril de 2016, promovido pela Faculdade de Arquitetura e Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e que contou com participantes estrangeiros, provenientes da *Ecole Nationale Supérieure d’Architecture de Paris La Villette* - ENSA-PLV (França) e da *Universidad Nacional del Litoral* - UNL (Argentina) e brasileiros, dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharias Ambiental, Civil e Hídrica (UFRGS).

DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Após anos de debate, a Política Nacional de Extensão Universitária é hoje um instrumento consolidado e representa “o compromisso das Universidades signatárias, estabelecido por meio de seus Pró-Reitores de Extensão, com a transformação da Universidade Pública, de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia” (FORPROEX, 2012).

Partindo de discussões prévias sobre os limites e potencialidades do Plano Nacional de Extensão de 1999, uma versão preliminar do documento foi apresentada no XXVI Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, realizado em 2009, na cidade do Rio de Janeiro. No encontro seguinte, realizado em Fortaleza, em 2010, o documento foi amplamente discutido e, por fim, aprovado em definitivo no XXXI Encontro Nacional, realizado em Manaus, em 2012.

A Política Nacional de Extensão apresenta quinze objetivos, pactuados no âmbito do FORPROEX, “aos quais se acrescem outros que se fazem necessários para o enfrentamento de novos desafios e aproveitamento de novas oportunidades, tendo em vista o contínuo fortalecimento da Extensão Universitária” (FORPROEX, 2012). Entre estes objetivos, encontram-se a reafirmação da extensão universitária como processo acadêmico indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, diante das demandas de diferentes realidades; a conferência de uma gama de programas temáticos; o desenvolvimento de relações multi, intere/ou transdisciplinaridade; a participação da universidade na elaboração de políticas públicas; a produção, inovação e disponibilização do conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber; a prioridade às práticas para o atendimento de necessidades sociais relacionadas com as áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, saúde, meio ambiente - educação ambiental e desenvolvimento sustentável – tecnologia, produção e trabalho; e, entre outros, a atuação de forma solidária, para a cooperação internacional, especialmente a latino-americana.

A institucionalização da Extensão se dá por meio do preceito constitucional de indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, pela importância dada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) às atividades extensionistas e, por fim, a destinação de 10% da creditação curricular a essas

atividades, definida pelo Plano Nacional de Educação 2001/2010. Esta última, como estratégia a ser implementada na graduação, se apresenta neste exato momento como grande desafio para docentes e coordenações de cursos.

A UFRGS, a partir do conceito definido pelo Fórum de Pró-reitores, e em uma iniciativa precursora, definiu a sua Política de Extensão por meio da Decisão N° 266, aprovada no Conselho Universitário (CONSUN) em julho de 2012. Mais recentemente, tendo em vista o constante processo de revisão de suas normativas, estabeleceu pela Resolução N° 17, aprovada no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), as Normas Gerais para Atividades de Extensão Universitária. Neste instrumento, em seu Art. 1º, a Extensão,

“como atividade fim da Universidade, é o processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa, propiciando a interdisciplinaridade e viabilizando a relação transformadora entre Universidade e sociedade. Este contato, que visa ao desenvolvimento mútuo e estabelece a troca de saberes, tem como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com as realidades nacional e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva de comunidades na atuação da Universidade”. (CEPE, 2015)

Relatos de experiências e reflexões sobre o fazer extensionista vêm afirmando a sua importância na formação profissional e na construção do conhecimento em áreas as mais diversas. Mas acima de tudo, vêm proporcionando fóruns de diálogo e reflexão sobre o próprio fazer extensionista.

Paulo Freire (1983, p. 21), ao tratar sobre a Extensão, aponta para um objetivo fundamental nos esforços junto às comunidades: “através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão”.

A principal questão que se apresenta neste artigo é: como as atividades de extensão podem, em interação com a comunidade, promover o ensino e a compreensão sobre a cidade? D’Ottaviano e Rovati (2016) contribuem para o diálogo sobre o tema, ao descreverem experiências realizadas recentemente em Porto Alegre, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS), e em São Paulo, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). Neste sentido, o artigo aponta que, entre os objetivos da Política Nacional, o mais relevante é

“o de contribuir para que a Extensão interfira na solução dos grandes problemas sociais do país, criando condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, priorizando as práticas voltadas para o atendimento de demandas sociais, com destaque para a habitação”. (D’Ottaviano; Rovati, 2016, p.3)

Os autores exploram as potencialidades do ensino do projeto urbanístico operado fora da sala de aula, entendendo que, “na busca pela construção de um habitat sustentável, o ensino de urbanismo deve passar, necessariamente, por um conhecimento assentado na vivência orientada e observação direta da complexidade do fenômeno urbano”.

Procurando também contribuir com este diálogo sobre o ensino do projeto urbano fora da sala de aula, sobre o papel do arquiteto e urbanista na produção do espaço urbano e levando como premissa a relação homem-mundo, o artigo apresenta a seguir algumas reflexões.

REFLEXÕES PARA O ENSINO DO PROJETO URBANO NO BRASIL

A noção do Projeto Urbano (PU) no Brasil é recente e bastante fluída. O PU ganhou força no país na década de 1990 por meio da difusão do modelo Barcelona associado às práticas do planejamento estratégico, mas foi a partir dos anos 2000 que se intensificou o debate sobre o tema na academia brasileira. Sobre a fluidez do conceito, Ingallina (2001, p. 3) afirma que “a multiplicidade de significados que a noção de projeto urbano comporta revela certa incapacidade em se restituir seu escopo, mas também demonstra o seu caráter global”. Esta passagem, escrita há mais de uma década por uma observadora da cena urbana europeia, referia-se às incertezas de um conceito ainda em construção, inserido em um debate sobre a transição do planejamento urbano burocrático-tecnocrático para formas mais flexíveis e holísticas.

O projeto urbano, para Ingallina, é uma “expressão-ônibus”. Frente a cada realidade, pode adquirir diferentes ênfases e nuances. Também na Europa e nos Estados Unidos, berços da noção, ela é ambígua e fluída. No Brasil, o diferencial é que seu emprego é relativamente recente e apresenta características ainda mais difusas, em parte porque a importação de modelos teórico-conceituais de países centrais por si só acarreta dificuldades e envolve adaptações nem sempre pertinentes. Se este ambiente difuso se apresenta no debate acadêmico, pressupõe-se que o mesmo aconteça no ensino do PU nas faculdades de arquitetura e urbanismo. Entretanto, é importante notar a primazia do pensamento arquitetônico sobre o urbanístico nos cursos de graduação no país. Isto acontece pelo simples fato de a carga horária total destinada ao ensino de arquitetura ser muito superior ao do ensino de urbanismo. Este aspecto é muito bem discutido por Mello (2016), no caso da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Este fato, associado à grande influência, até os dias de hoje, da escola modernista, configura um indicativo de que a compreensão do PU possa ser entendida como uma arquitetura de grande escala.

Para esclarecer como o PU tem sido tratado no Brasil, Oliveira e Rovati (2016) apresentam um panorama das diferentes acepções conceituais adotadas por acadêmicos do campo, enfatizando o período recente marcado pela realização de megaeventos. Constatou-se que este fato (a realização de megaeventos) contribuiu para expandir o tratamento do PU no país. Os autores analisaram a produção científica publicada nos Anais dos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano (ENANPUR), de 1986 a 2015, e dos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ), considerando suas quatro edições entre 2010 e 2016.

A pesquisa revelou a associação do conceito a cinco situações distintas. A primeira refere-se àquela que vincula a noção a uma ferramenta de planejamento urbano comprometido com um “projeto de cidade” (entre os quais, os planos diretores). A segunda articula-se ao referencial dos Grandes Projetos Urbanos (GPUs), uma operação realizada a partir de Parcerias Público Privadas (PPPs) e alinhada às práticas de *city marketing* e do urbanismo de mercado. A terceira é a que se denominou de Pequenos Projetos Urbanos (PPUs) para se referir a projetos para áreas de população de baixa renda tendo, em vista a melhoria da qualidade de vida, com participação do Estado ou da comunidade. A quarta refere-se ao PU com um viés marcadamente técnico, relacionado à paisagem e ao desenho urbano, a uma noção de projeto arquitetônico em escala urbana. A quinta configura um anacronismo, pois a noção de PU é evocada para tratar de práticas históricas de intervir na cidade (Oliveira; Rovati, 2016).

É importante notar, entretanto, que estas cinco situações nem sempre são excludentes. Com exceção da quinta opção e da oposição entre GPU e PPU, as outras são complementares, de tal maneira que a noção de um projeto de cidade é complementar à noção de GPUs, de PPU e à noção de desenho urbano. Após a realização de megaeventos no país, verificou-se o

aprofundamento das práticas do PU representados pelos GPUs associados ao empreendedorismo urbano (Harvey, 2016), a intensificação do empresariamento urbano na gestão pública e a ampliação do ideário do urbanismo neoliberal⁴. De tal maneira que refletir e experimentar práticas que atuem na contracorrente desta expressão de PU se mostra tão urgente quanto a reflexão conceitual do tema. Na verdade, as duas devem acontecer simultânea e ininterruptamente.

Nesse sentido, a experiência do Ateliê Internacional realizado em conjunto com a Faculdade de Arquitetura ENSA – Paris La Vilette, mostrou-se rica e oportuna. No cenário internacional, a França é reconhecida por ter uma experiência diferenciada em relação ao PU. Através do mecanismo de gestão das *Zone d'Aménagement Concerté* (ZACs), projetos, tanto no âmbito dos grandes projetos quanto dos pequenos projetos desenvolvidos pela comunidade local, foram viabilizados.

Os professores Marc Bourdier e Claudio Secchi (ENSA-PLV) trazem uma abordagem bastante diversa do ensino do projeto urbano vinculado ao desenho urbano e a uma arquitetura de grande escala. As reflexões de Christian Devillers (1994), autor que faz uma importante reflexão acerca das noções do PU, compõem o referencial aportado pelos professores. Destacaremos aqui algumas considerações do autor que possibilitam a construção de uma outra experiência didática acerca do ensino do PU.

A primeira diz respeito a uma crítica do arquiteto modernista, do *savoir-faire* do espaço, da figura do técnico, seja do engenheiro ou do arquiteto, como superior à sociedade que “tem a tendência de reivindicar para si o monopólio de fato ou de direito sobre o pensamento urbano” (Devillers, 1994, p. 11). Para o autor, diferente da arquitetura do edifício, em que as variáveis são infinitamente menores, em que o projeto é desenvolvido e executado em um período curto de tempo, no qual o arquiteto possa imprimir ao espaço uma certa ordem, o espaço urbano é um processo de produção coletiva com diversos atores envolvidos, que não podem ser sistematizados a partir de um pensamento único. Diante desta perspectiva, é possível pensar o PU como um projeto de arquitetura em larga escala? A resposta é clara, um projeto urbano idealizado sobre esta óptica coloca o espaço urbano, em termos lefebvrianos, com um lugar fora do tempo, fora da vida e fora das práxis.

Nesse sentido, operam os GPUs, que dependem dos gestos de arquitetos do *star system*, para vender a imagem de um novo espaço na cidade, geralmente a partir de projetos de revitalização urbana. Este é o poder imagético que a arquitetura e o desenho urbano dispõem para os grandes empreendimentos que transformam a cidade em mercadoria. Segundo Devillers (1994), a dimensão do desenho tem sim o papel de dar um uso a determinado espaço, em transformá-lo em algo utilizável. Mas isto não quer dizer que seja exclusivamente a partir de projetos imagéticos que colocam a vida dos moradores da cidade fora do lugar. Este tipo de projeto usualmente serve ao desenvolvimento do turismo e a atração de investidores externos, não se trata da melhoria da vida das pessoas que vivem naquele lugar. Daí resultam os processos de gentrificação, causados não apenas pela impossibilidade das pessoas que ali habitavam pagar os novos custos de habitação e comércio, uma vez que GPUs geram valor, mas por vezes, por não se identificarem com os grandes gestos arquitetônicos, ou mesmo, com a nova população residente atraída por tal desenho urbano.

Para Devillers (1994), a forma importa, mas não por formalismo, mas por sua capacidade de dar qualidade concreta ao espaço pela sua capacidade de uso. Faz-se necessário, portanto, a noção do desenho urbano pela melhoria da qualidade do dia a dia da população residente de determinado pedaço da cidade. São os pequenos gestos que fazem a diferença.

⁴ chamado mais recentemente de “urbanismo mercadófilo” (Souza, 2010).

Entretanto, se o espaço é socialmente produzido, mesmo os pequenos gestos não possam ser determinados pelo arquiteto de forma unilateral. Sim, a noção de PU possibilita essa interação entre os múltiplos atores, entretanto, como no caso dos GPUs, os atores são os associados à coalizão para crescer (Logan; Molotch, 1993), representado usualmente pela mídia, pelo Estado, pelo setor privado e pelas elites locais.

Entendemos que é fundamental superar esta noção. A formação dos múltiplos atores deve começar pela população residente do local. Para tanto, o espaço deve ser entendido como político, um lugar do conflito e das disputas. O PU não deve jamais homogeneizar o espaço e criar o consenso. Isto seria o fim do espaço urbano socialmente produzido. Assim como, a relação do arquiteto urbanista deve superar a noção da simples participação via consulta da população. Faz-se urgente avançar em uma nova maneira de compreender o papel do arquiteto e urbanista na produção do espaço urbano e, sobretudo, em uma nova maneira de formar profissionais que estejam à altura deste desafio.

ATELIÊ INTENSIVO INTERNACIONAL: O FUTURO DOS BAIROS AUTOCONSTRUÍDOS JUNTO A NASCENTES E CURSOS D'ÁGUA

A ação de extensão universitária nº 30413 (modalidade curso presencial), intitulado *“Ateliê Intensivo Internacional: o futuro dos bairros autoconstruídos junto a nascentes e cursos d'água / Devenir des quartiers autoproduits à la source et en lit de rivière / El futuro de los barrios autoconstruidos adyacentes a las nacientes y cursos de agua / The future of informal settlements located in riverbeds”*, como Apoio Pedagógico, Técnico e Administrativo, foi realizado no período de 18 a 30 de abril de 2016. Promovido pela Faculdade de Arquitetura e Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob coordenação dos professores João Farias Rovati (Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura) e Carlos André Bulhões Mendes (Departamento de Obras Hidráulicas do Instituto de Pesquisas Hidráulicas).

O principal objetivo desta ação de extensão foi desenvolver uma experiência de elaboração participativa de projeto urbano a partir da abordagem das áreas urbanas localizadas na Bacia Mãe d'Água, no Município de Viamão/RS (Figura 1), junto ao Campus do Vale da UFRGS. Foram objetivos gerais do Ateliê: a) refletir sobre os processos contemporâneos de urbanização da sociedade brasileira em diálogo com outras experiências nacionais e, particularmente, sul-americanas; b) debater e questionar os papéis, ações e procedimentos operados por diferentes profissionais (arquitetos, designers, engenheiros) neste processo; c) promover o encontro entre estudantes e professores de diferentes disciplinas e países, visando o desenvolvimento de uma cultura projetual participativa assentada na observação direta e na interdisciplinaridade; d) promover o contato da Universidade com a realidade social e urbana das periferias metropolitanas e suas lideranças comunitárias.

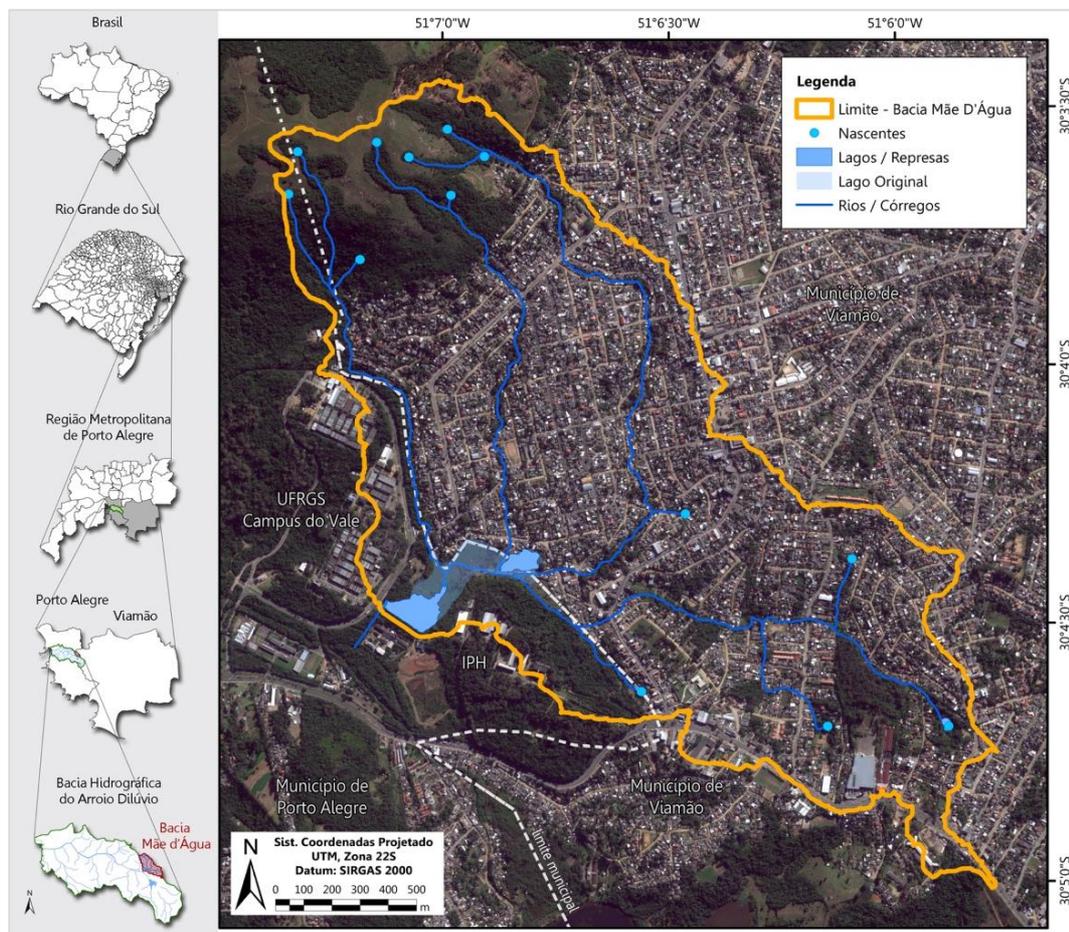


Figura 1 – Localização da Bacia Mãe d'Água – objeto do Ateliê Internacional.

Este formato de Ateliê tem sua origem em atividades de intercâmbio iniciadas em 2006, por professores da ENSA - Paris La Villette. Tal intercâmbio entre a França e a América do Sul tem como propósito práticas de projeto urbanístico com objetivo de debater o processo de urbanização na América do Sul, confrontar diferentes práticas de projeto através da organização de um ateliê intensivo (*workshop*), situar o trabalho de campo como elemento central do processo de projeto, promover o questionamento sobre o papel do arquiteto e de outros saberes no processo de urbanização. Já foram organizados encontros desse tipo em Montevidéu, Uruguai (2006), Santa Fé, Argentina (2007), Caracas, Venezuela (2009), Assunção, Paraguai (2010), Santiago, Chile (2011) e, inclusive, em Porto Alegre (2008).

No Brasil, as atividades de preparação do Ateliê iniciaram-se em fevereiro de 2016, incluindo atividades como planejamento geral da ação de extensão; reconhecimento da área de estudo e realização de contatos frequentes com lideranças comunitárias da Bacia Mãe d'Água; preparação de material de apoio, captação de recursos e preparação dos locais de trabalho dos alunos durante o Ateliê (salas de aula do IPH e Associação de Amigos e Moradores do Jd. Universitário – AAMJU); divulgação das atividades aos alunos interessados (apresentações e reuniões na Fac. Arquitetura e no IPH, UFRGS); seleção dos participantes; reuniões de instrução quanto ao conteúdo do Ateliê.

Inicialmente, os participantes brasileiros e estrangeiros, provenientes dos cursos de arquitetura e urbanismo (UFRGS, ENSA-PLV e UNL), de arquitetura e engenharia (ENSA-PLV), de engenharias ambiental, civil e hídrica (UFRGS) foram divididos em oito grupos, buscando uma distribuição equilibrada dos diferentes perfis de participantes. Além disso, a ação de extensão contou com a participação (assessoria aos participantes) de professores brasileiros (Faculdade de Arquitetura/UFRGS), franceses (ENSA-PLV) e argentinos (UNL).

Durante a realização da ação de extensão, que durou doze dias, as atividades foram realizadas sob forma de ateliê projetual, com intensa visitação da área de estudos pelos grupos. Buscou-se estimular o desenvolvimento projetual de forma manual, sem recursos computacionais; a experimentação de propostas aos problemas levantados; e a intensa interação com o ambiente em estudo e a comunidade. Além do desenvolvimento dos diagnósticos, análises e propostas, ocorreram visitas guiadas estratégicas ao entendimento do espaço metropolitano (com roteiros nas zonas sul, norte e central de Porto Alegre) e do ambiente natural da área de intervenção (visita às nascentes da Bacia Mãe d'Água, lago da barragem e cursos d'água), atividades culturais (manifestações populares da comunidade da área de estudo – capoeira, artesanato e crenças religiosas) e palestras sobre assuntos relacionados ao tema da ação de extensão. Na Figura 2, são apresentadas fotos tomadas durante as diversas atividades desenvolvidas durante o Ateliê.



Visita às áreas de ocupações irregulares junto aos cursos d'água. (Foto: Waleska Avozani)



Conversas com os moradores. (Foto: Bárbara Giacom)



Reunião na Associação de Bairro. (Foto: Bárbara Giacom)



Roda de Chimarrão com "Os amigos da Bica". (Foto: Paula Riediger)



Painel Intermediário. (Foto: Bárbara Giacom)



Palestras técnicas. (Foto: Bárbara Giacom)



*Caminhada e subida ao Morro Santana.
(Foto: Inês Martina Lersch)*



*Percurso na Zona Sul, Praia de Ipanema.
(Foto: André Huyer)*

Figura 2 – Atividades realizadas no Ateliê

A importância da experiência para os estudantes fica evidente nos relatos dos que se integraram a esta ação de extensão:

“(…) essa prática me fez compreender a dimensão e a responsabilidade de um projeto urbano. Essa dimensão, que não deve ser imposta de uma perspectiva topográfica e quantitativa, mas sim observatória e humana”. (Gustavo de Castro, graduando em Arquitetura e Urbanismo, UFRGS).

Também por meio dos relatos, é possível medir o impacto dos métodos de trabalho viabilizados pelo ateliê:

“Para mim os métodos de trabalho mais significativos foram o incentivo constante ao contato com o sítio e com os moradores para que, apesar do curto período de tempo, os participantes pudessem conhecer melhor o local e assim elaborar propostas e projetos mais coerentes; e o incentivo ao uso de técnicas de representação mais "simples", como, por exemplo, o desenho à mão de mapas e perspectivas, que, a meu ver, para o entendimento de áreas maiores, é muito mais eficaz que o desenho no computador, pois permite uma maior compreensão do todo. Se comparada a uma experiência tradicional de ensino de urbanismo, o Ateliê se diferencia pela oportunidade de conhecer melhor o local e as pessoas que vivem ali e que serão afetadas pelo meu projeto – essa, para mim, é a maior diferença, pois passar duas semanas visitando quase que diariamente a área estudada foi entender que meu "conhecimento técnico" não basta para listar as necessidades e prioridades de quem vive ali, entender também que nenhum *Street View* se compara a sentar e desenhar o seu ponto de vista, a sua própria percepção do sítio. No meu grupo de trabalho, em diversas situações, nós "testamos" nossas ideias com as pessoas com quem conversamos e, a partir daí, algumas coisas mudaram, outras se consolidaram, semelhante ao que acontece em sala de aula, quando o professor representa o nosso cliente, porém, muito diferente nos questionamentos que nos eram feitos, acrescentando uma nova visão para a discussão. Trabalhar no local, conversar com as pessoas que vivem ali e

transmitir isso para um projeto da maneira mais simples e eficiente possível foi um grande desafio, o resultado final pode não ter sido o mais bonito, mas com certeza foi bastante surpreendente e enriquecedor". (Elisa Kleinubing, graduanda em Arquitetura e Urbanismo, UFRGS).

A ação de extensão contou com o suporte da plataforma *online* Moodle (*software* livre, de apoio à aprendizagem, executado em ambiente virtual), onde foram disponibilizadas e compartilhadas informações sobre as atividades. Atualmente, a página apresenta também fotos tomadas ao longo dos trabalhos.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Os grupos ficaram responsáveis por estudar áreas distintas ao longo da Bacia Mãe d'Água, com problemáticas diferentes, na maioria dos casos, inerentes ao sítio (ou à sua forma de ocupação). O mapa da Figura 3 foi o insumo fornecido aos grupos de trabalho, além de mapas de topografia (cotas altimétricas) impressos, para consulta. Todo o restante da informação foi levantado em campo pelos estudantes.

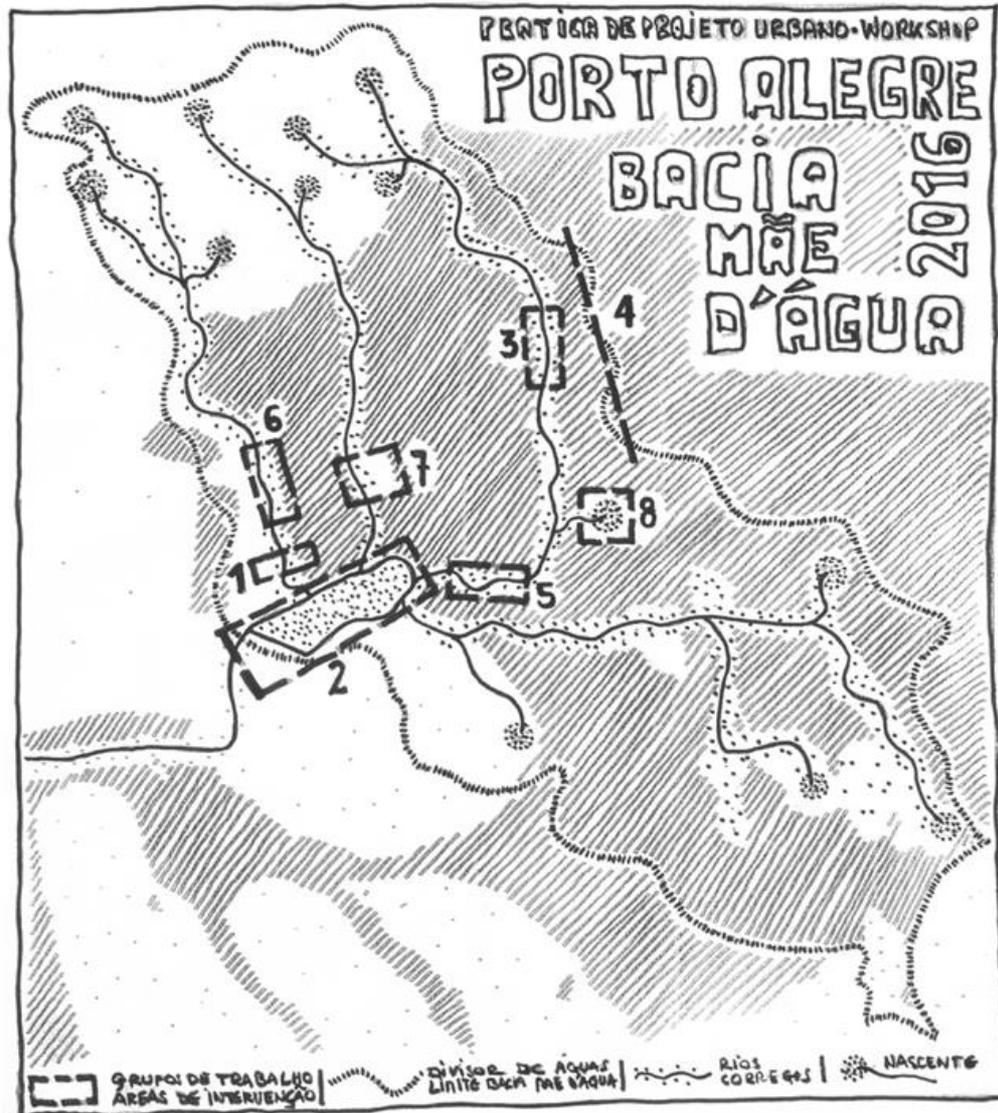
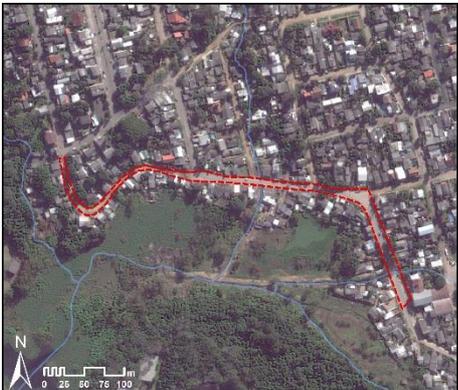


Figura 3 – Área de Intervenção, a partir de croqui de Claudio Secchi

No Quadro 1 são apresentadas as áreas de intervenção, nas quais cada grupo trabalhou, com as suas respectivas características. Embora alguns problemas de cada área tenham sido brevemente apresentados, os grupos ficaram livres para (e foram estimulados a) descobrirem e abordarem aspectos que achassem mais relevantes em cada situação, podendo, inclusive, propor outras problemáticas.

Quadro 1 – Breve descrição das áreas de Intervenção contempladas pelos grupos de estudantes.

Localização	Descrição
	<p>Área 1</p> <p>Acesso a diversas unidades localizadas no Campus do Vale. Mobilidade: terminal de ônibus utilizado por usuários do Campus e por moradores do Jardim Universitário. Principal conexão entre o Campus e o Jardim Universitário. Comércio e residências. Travessia de curso d'água. Ocupação de APP (Área de Preservação Permanente).</p> <p>Palavras-chave: mobilidade, centralidade, habitabilidade.</p>
	<p>Área 2</p> <p>Interface Jardim Universitário / IPH. Lago. Residências. Ocupação de APP (terrenos pertencentes à UFRGS). Acúmulo de resíduos sólidos e esgoto sanitário. Flora e fauna.</p> <p>Palavras-chave: área lindeira, área residencial, habitabilidade, paisagem, lazer, natureza.</p>
	<p>Área 3</p> <p>Ocupação irregular e inadequada de fundo de vale por moradias. Ocupação de APP. Habitações "dentro" do curso d'água. Dificuldade de acesso.</p> <p>Palavras-chave: fundo de vale, área residencial, regularização fundiária, habitabilidade.</p>

	<p>Área 5</p> <p>Ocupação residencial ao longo de curso d'água. Lançamento de resíduos sólidos.</p> <p>Palavras-chave: área residencial, resíduos sólidos, curso d'água, habitabilidade.</p>
	<p>Área 6</p> <p>Ocupação residencial de APP. Ocupação irregular de área federal (UFRGS). Construção em área de risco. Dominialidade, regularização fundiária. Despejo de esgotos domésticos e resíduos sólidos ao longo de curso d'água.</p> <p>Palavras-chave: área residencial, esgotos domésticos, curso d'água, habitabilidade.</p>
	<p>Área 7</p> <p>Quarteirões onde se localizam praça, escola e associação de moradores. Ocupação junto a curso d'água (APP). Segurança (iluminação pública), infraestrutura, equipamentos públicos e institucionais.</p> <p>Palavras-chave: espaço público, centralidade, lazer, paisagem.</p>
	<p>Área 8</p> <p>Ocupação irregular e inadequada de nascente e fundo de vale (APP) por moradias. Lançamento de esgoto no curso d'água.</p> <p>Palavras-chave: nascente, fundo de vale, área residencial, regularização fundiária, habitabilidade.</p>

O incentivo à prática do desenho a mão livre, desenho de observação e outras técnicas de

representação não necessariamente digitais permitiu ampla liberdade aos estudantes no exercício de apreensão dos problemas e na análise das potencialidades de cada área.

“Os painéis desenhados a mão fizeram com que tivéssemos mais proximidade com a população na forma de representação das ideias. Eles são mais compreensíveis para leigos e foi um trabalho muito expressivo”. (Marina Varela, graduanda em Arquitetura e Urbanismo, UFRGS).

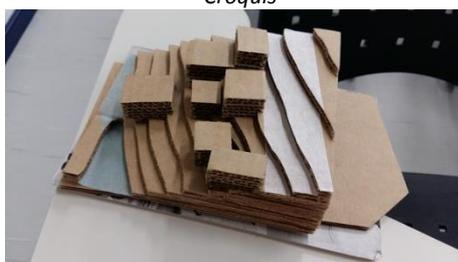
Alguns exemplos de material produzido pelos estudantes e, inclusive, pelos moradores, em oportunidades de conversas e entrevistas às quais os alunos se dedicaram, são apresentados na Figura 4 a seguir.



Croquis



Mapas Mentais feitos pelos moradores



Maquetes de estudo do terreno



Desenhos e levantamentos



Desenhos a partir dos mapas



Diagramas

Figura 4 – Exemplos de material desenvolvido para os painéis. (Fotos: Bárbara Giacom).

Além do painel intermediário e do painel final, realizados entre professores e estudantes, organizou-se a apresentação dos painéis organizados pelos estudantes na praça do Jardim Universitário, em uma manhã de sol, com a presença de moradores. Nesta oportunidade, alguns dedicaram-se a plantar mudas de árvores na praça, por iniciativa dos próprios moradores (Figura 5).



*Interesse dos moradores pelos painéis
(Foto: Bárbara Giacom)*



*Momentos de troca e conversas
(Foto: Bárbara Giacom)*



*Interação com a comunidade
(Foto: Bárbara Giacom)*



*Iniciativa de plantar mudas de árvores
(Foto: Clémentine Riéra)*

Figura 5 – Momentos da exposição dos painéis na praça

Esta experiência sensibilizou professores e estudantes, a ponto de se perceber que o ensino de urbanismo, nesses moldes, poderia ser contemplado na graduação. Base desta conclusão, se tira também do depoimento dos estudantes:

“O que mais me surpreendeu no Ateliê, além do resultado que alcançamos, foi o ponto de partida do nosso projeto: a observação. Pode parecer óbvio que ao iniciarmos um projeto devemos analisar o comportamento humano e a realidade envolvida, mas não é isso que eu percebo quando olho para a experiência adquirida no decorrer do curso. Ao início de cada semestre, eu busquei resolver as temáticas que foram propostas a partir de uma folha e um lápis, no conforto da minha casa, pesquisando referências arquitetônicas de qualquer canto do mundo e criando os próprios usuários de meus projetos. Então, por que projetei? E por quem projetei? Não vou generalizar meus desapontamentos, pois existiram oportunidades desafiadoras: já levei minha folha e meu lápis para a Barra do Ribeiro (RS), e também já busquei referências arquitetônicas no Jardim Universitário de Viamão, e encontrei muitas por lá, e todas me surpreenderam! É uma lástima saber que estas oportunidades são raras exceções em nosso curso. A experiência do Ateliê foi única em todo o curso e foi um momento de aproximação, onde várias barreiras foram derrubadas, tanto no sentido do urbanismo quanto no sentido das relações pessoais (hierarquias, pensamentos, idiomas, etc.). Acredito que, pelo fato de observar a realidade local, e ter a possibilidade de senti-la, eu poderia resumir essa experiência em duas palavras, mais precisamente, duas palavras que indicam ação: observar e aproximar”. (Caroline Bariviera, graduanda em Arquitetura e Urbanismo, UFRGS).

As atividades na ENSA-PLV encerraram-se, em termos curriculares, com a apresentação dos

trabalhos finais pelos alunos franceses no dia 1º de julho de 2016, com transmissão *online* ao Brasil, que foi assistida pelos participantes brasileiros na Faculdade de Arquitetura (Figura 6). Na sequência, iniciou-se a elaboração de material de publicação das atividades realizadas.



*Cartaz de divulgação
(Imagem: Cláudio Secci)*



*Transmissão on line da sessão
(Foto: Clémentine Riéra)*



*Banca de professores, público e painéis
(Foto: Clémentine Riéra)*

Figura 6 – Apresentação dos resultados na ENSA – PLV

Após o término da Ação de Extensão, iniciou-se a fase de avaliação e divulgação dos resultados do ateliê, que ainda se encontra em andamento, composta por reuniões de avaliação, redação de relatórios, e sistematização e divulgação dos resultados da experiência, por via impressa e redes sociais, visando seu debate e aprofundamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Envolver-se com projetos de extensão, proporciona um repensar constante dos seus participantes, em especial, uma ressignificação das experiências docentes e discentes. Seguem algumas reflexões das autoras deste artigo, e, entende-se importante informar, que não necessariamente representam a opinião dos demais participantes do ateliê. Estas reflexões são fruto da observação do grupo local, uma vez que os demais resultados produzidos, porventura, pelo grupo de estudantes franceses, possam vir a ser outros.

Observou-se que, embora a abordagem de ensino de Projeto Urbano tenha vindo, de certa maneira, “pronto” por meio do projeto pessoal e da militância dos professores franceses, a atividade de extensão ultrapassou as barreiras por causa das demandas locais. As oportunidades apresentadas foram além do esperado pelos próprios proponentes do ateliê.

Percebeu-se também que os territórios populares oferecem múltiplas oportunidades de projeto e um desafio para todos os profissionais envolvidos em sua reabilitação urbana. Não se trata apenas de competências técnicas, trata-se também da complementariedade de saberes entre profissionais e comunidades, algo tão necessário neste tipo de estudo.

Em resposta à questão central, a experiência do ateliê demonstrou que a interação com a comunidade, a fim de promover o ensino e a compreensão sobre a cidade, se deu em vários momentos. Houve conflitos? Sim. O caso, por exemplo, da cancha de bocha demonstrou que o espaço também é disputa. Por dias, refletiu-se qual seria a melhor maneira de executar a cancha de bocha na praça, até então, entendido como sendo uma demanda coletiva. Após conversas com demais moradores, verificou-se que se tratava do interesse individual de um dos moradores e que, uma cancha não necessariamente seria utilizada por todos.

Em vários momentos do ateliê, pode-se observar que:

- a praça, ou seja, o local público, foi um diferencial da atividade de extensão;
- em projetos que incorporam práticas dos moradores, a comunidade não é apenas um agente passivo;
- não houve imposição de soluções;
- em dada medida, houve um início de processo de conscientização sobre a área e o entorno, e suas possibilidades de transformação, pela população;
- ocorreram oportunidades de formação de um “outro” profissional;
- estudantes de cursos diversos (engenharia, hidráulica, arquitetura, design, etc.) trabalhando juntos exercitaram o diálogo com outras profissões.

Como resultado, portanto, verifica-se uma experiência transformadora, em diferentes graus, de boa parte dos sujeitos envolvidos.

Quanto ao ensino de Projeto Urbano, uma pergunta que pode continuar como linha guia é: como os estudantes de arquitetura e urbanismo aprendem a ler a cidade? Esta pergunta, costurada com as janelas que se abrem por meio da Extensão se transformaria em: como as iniciativas de Extensão podem fazer com que as pessoas aprendam a ler a sua cidade?

Entre outras conclusões, recomenda-se que iniciativas como a descrita neste artigo pudessem ser propostas no âmbito de incorporação dos 10% de creditação curricular às atividades extensão. Da mesma forma, que viessem a contribuir para a mudança de postura no ensino de PU, crítica a que o presente artigo se propôs, permitindo romper a barreira departamental na estrutura das Universidades brasileiras.

Por fim, observou-se que o documento que definiu a Política Nacional de Extensão, em 2012, apresentava as evidências de um país ainda com grandes desafios sociais, mas, ao mesmo tempo, com indicadores consistentes, que apontavam para uma realidade brasileira melhor. O momento presente, porém, já nos é nebuloso e nenhuma certeza nos é dada. Após os recentes acontecimentos no âmbito da política brasileira, o alerta social foi acionado, denunciando a perda de uma série de direitos conquistados nas últimas décadas. Apresenta-se, portanto, diante de todos os que tem a Extensão Universitária como prática e convicção, um quadro ainda mais desafiador.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão/UFRGS, pelo apoio por meio de bolsas-evento para três estudantes da Faculdade de Arquitetura/UFRGS, à Faculdade de Arquitetura e ao Instituto de Pesquisas Hidráulicas pelo apoio e infraestrutura e à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio financeiro à execução deste trabalho sob forma de bolsa de doutorado.

REFERÊNCIAS

- CEPE – CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO / UFRGS. **Normas Gerais para Atividades de Extensão Universitária**. Resolução nº 17. Porto Alegre, 29 abr 2015.
- CONSUN – CONSELHO UNIVERSITÁRIO / UFRGS. **Política de Extensão**. Decisão nº 266. Porto Alegre, 20 jul 2012.
- DEVILLERS, C. Le Projet Urbain. Conférences Paris d'Architectes du 4 mai 1994 au Pavillon de l'Arsenal. **Les Mini PA**, n. 2, p. 11-47, 1994. Paris, França: Editions du Pavillon de l'Arsenal. ISBN: 2-907513-22-2.
- D'OTTAVIANO, C.; ROVATI, J. F. O ensino de urbanismo no Brasil: experiências de extensão universitária em São Paulo e Porto Alegre. In: CONGRESO ARQUISUR - HÁBITAT SUSTENTABLE, 20, 2016, Concepción. **Actas...** Concepción, Chile: Facultad de Arquitectura, Construcción y Diseño de la Universidad del Bío-Bío, 2016. 10 p.
- DRUMMOND, D. **Architectes des favelas**. Paris, França: Dunod, 1981. ISBN: 9782040120917. 112 p.
- FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Disponível em http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Livro_P_Freire_Extensao_ou_Comunicacao.pdf
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume Editora, 2006.
- INGALINA, P. **Le Projet Urbain**. Paris, França: Presses Universitaires de France, 2001.
- LOGAN, J. R.; MOLOTOCH, H. L. The City as a Growth Machine. In: Fainstein; Campbell (eds.) **Readings in Urban Theory**. Oxford, Reino Unido: Blackwells, 1993.
- MELLO, B. C. E. **O urbanismo dos arquitetos: genealogia de uma experiência de ensino**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR). Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 2016.
- OLIVEIRA, C. M.; ROVATI, J. F. Projeto urbano: do que estamos tratando. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - ENANPARQ, 4, 2016, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANPARQ, 2016. 20 p.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2010. 556 p.